

## **DEBATE**

**MODERADOR - Eng<sup>o</sup> João Vila Lobos**

**COMENTADORES - Dr<sup>a</sup> Maria Eugénia Cochofel**

**Dr. Pedro Portugal**

**Nuno Oliveira**



## DEBATE

### Eng<sup>o</sup> João Vila Lobos

Vamos iniciar o debate.

Quando se organizou este Colóquio, a ideia era de, antes de se iniciar o debate propriamente dito, haver três muito curtas intervenções de três pessoas que, tendo lido antecipadamente as comunicações, pudessem fazer Comentários e, a partir deles, dar-se-ia início ao nosso debate. Pedia, portanto, para entrarmos já nesta 2<sup>a</sup> parte, ou seja, que se iniciem os Comentários, solicitando que fossem breves para permitir que todos falem.

Vamos começar pela Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Eugénia Cochofel, que se encontra aqui na qualidade de representante dos professores de Educação Ambiental.

## COMENTADORES

### **Dr<sup>a</sup> Maria Eugénia Cochofel \***

Pertenço à ASPEA, jovem Associação de Educação Ambiental, jovem como Associação, mas que integra professores e alunos pertencendo a uma organização mais vasta, que são os "Caretakers of the Environment". Formámos esta Associação, porque desenvolvíamos projectos de Educação Ambiental muito antes da Reforma do Sistema Educativo.

Contudo, estou numa escola da experimentação da Reforma desde o início, portanto, estamos "reformados" desde o 7<sup>o</sup> até ao 12<sup>o</sup> anos e, talvez por isso, as palavras da Dr<sup>a</sup> Clarisse não me tenham suscitado grandes dúvidas, sendo para mim um texto muito pacífico, muito bem escrito, como é óbvio, aliás, não seria de esperar outra coisa da parte da Dr<sup>a</sup> Clarisse Mendes. Contudo, ela própria se interroga sobre vários aspectos, e eu penso que não vale a pena estarmos a ressaltar toda a metodologia da Reforma, toda a parte integradora dos saberes, as novas áreas, a Área-Escola, o Complemento Curricular, a nova disciplina de DPS (Desenvolvimento Pessoal e Social). Mas, em relação precisamente ao DPS, há qualquer coisa que a Dr<sup>a</sup> Clarisse não disse e que eu gostaria de referir. É que essa nova disciplina, que se pretende seja transdisciplinar, está na contra-mancha, está em alternativa com a disciplina da Religião e Moral Católica e penso que

---

\* Representante da Direcção da Associação Portuguesa de Educação Ambiental (ASPEA).

isso é uma aberração da Reforma, porque ela pretende ser motor e, com uma hora semanal, é evidente que o não pode ser. Com a Reforma o motor é, como disse e muito bem a Dr<sup>a</sup> Clarisse, toda a metodologia integradora de saberes, envolvendo, portanto, várias disciplinas e várias áreas do saber. Penso, contudo, que a disciplina de DSP (e eu não gostaria de lhe chamar disciplina, mas uma área, um espaço privilegiado de debate com os alunos sobre os assuntos, tornando-os mais intervenientes, mais criativos), está em contra-mancha, em alternativa, com a disciplina de Religião e Moral Católica, o que nos cria, a nós professores nas escolas, um certo embaraço em relação aos colegas de Religião e Moral Católica. Este é um ponto sobre o qual eu gostaria que se reflectisse.

Por outro lado, penso que a Dr<sup>a</sup> Clarisse falou, e muito bem, nos problemas e em toda a concepção em espiral, do ensino da nova Reforma, ou seja, aprofundar os conteúdos programáticos e, depois, fazer com que os alunos reflectam sobre eles e sejam cidadãos intervenientes, com vista à Educação Ambiental. Mas, dada a escassez de tempo e não querendo, de maneira nenhuma, monopolizá-lo, gostaria de salientar o que ela referiu relativamente às duas estruturas - a substantiva e a sintáctica - onde se encontram actividades de observação e de questionamento da realidade, de problematização das situações, de pesquisa e de organização da informação. Mencionou, ainda, uma coisa que considero extremamente importante, que é a construção de alternativas. Essa construção de alternativas é fundamental. E eu vou relacioná-la com algumas das palavras do Dr. Almeida Fernandes, que para mim são muito importantes.

É, precisamente, interessante verificar que ele fala em vários futuros, os futuros numerosos, em oposição um pouco ao relatório da Sr<sup>a</sup> Bruntland "O Nosso Futuro Comum". Eu acho que não é em oposição, porque o futuro comum existe e o relatório da Sr<sup>a</sup> Bruntland foi importantíssimo, mudou mentalidades, mas infelizmente a maior parte das pessoas não o conhece. O projecto educativo da Escola Secundária José Gomes Ferreira, onde eu sou professora efectiva, tem como tema geral "O Nosso Futuro Comum". Eu tinha frequentado o curso do Fundo Social Europeu para a Educação Ambiental e, nessa altura, tive conhecimento desse precioso material de trabalho. Mas os futuros, realmente, são diversificados e a construção das alternativas vai, no fundo, incidir sobre esse aspecto. A tal componente de intervenção, de que falou a Dr<sup>a</sup> Clarisse Mendes, por parte do aluno, é fundamental. No entanto, quanto ao modo de o fazer neste momento, eu penso que temos que investir muito. O CNE e todas as pessoas aqui presentes, têm que ajudar à implementação desta Reforma. Penso que é uma Reforma riquíssima do ponto de vista conceptual. Do ponto de vista das condições, não me parece que seja tanto, e é muito aborrecido falar nisto, mas o que é facto é que estamos no terreno e tratando-se de Educação Ambiental, trata-se de Educação, trata-se de escolas. Aí é que a Dr<sup>a</sup> Clarisse, com toda a clarividência, equacionou muito bem os problemas. É preciso melhorar os recursos educativos. Penso que a divulgação de projectos de que a Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> falou, seria muito importante. Penso, também, que o INamb teria aqui um papel muito importante se construísse, digamos, uma base de dados dos recursos disponíveis. O Dr. Almeida Fernandes disse na sua comunicação escrita, que pode haver coisas maravilhosas, mas se formos analfabetos ambientalmente, efectivamente não conseguiremos levar à prática uma série de coisas e não conseguiremos, sobretudo, mudar valores, mudar atitudes. Penso

que seria importante esta divulgação de projectos por parte do Ministério da Educação. Da parte do INamb também seria importante o levantamento de dados disponíveis. Ainda ontem uma colega veio ter comigo e perguntou: "diz-me lá onde é que hei-de ir buscar coisas sobre o problema da floresta, das árvores, etc." e eu lá lhe fui dizendo o que sei. Mas, a maior parte das escolas, não possuem esses dados. Por isso, penso que é muito importante que se faça esse inventário.

Por outro lado, penso que não é demais falar na necessidade de formação inicial dos professores. Os professores precisam de uma formação inicial não em Educação Ambiental, porque eu acho que se os professores estiverem formados em relação à pedagogia, à ambivalência de toda a nossa função educativa, sabem pôr em prática a Educação Ambiental. Eu costumo dizer que um bom professor, é um bom professor em tudo e de deficientes auditivos de quem eu também sou professora e não sou especializada. É um professor que põe projectos na escola, que intervém, mas tem que ter uma formação inicial e a formação inicial neste País infelizmente deixa muito a desejar.

Era tudo o que tinha para dizer, deixo a palavra aos meus colegas. Não sei se lancei alguns reptos, penso que as duas intervenções são tão claras e tocaram-me tanto que termino, reafirmando apenas, que é preciso reforçar toda esta metodologia, todo este novo sistema de ensino.

## **Eng<sup>o</sup> João Vila Lobos**

Muito obrigado, Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> pelo seu Comentário. Foi já suficiente para começarmos o debate.

Cumpre-me, agora, apresentar as outras duas pessoas. O Dr. Pedro Portugal representa as Associações de Defesa do Ambiente, neste caso concreto, a Confederação das ADA. Da parte da tarde, teremos ainda outras pessoas ligadas às Associações de Defesa do Ambiente. O Nuno Oliveira, representante do Parque Biológico de Vila Nova de Gaia, do qual é responsável e está também ligado às autarquias. É nossa preocupação que haja comentários ou testemunhos, mas, sobretudo, comentários, de alguém que veja a questão da Educação Ambiental por vários prismas, ou seja, pelo lado do professor, pelo lado das Associações de Defesa do Ambiente e, ainda, pelo lado daqueles que estão ligados às autarquias.



**Dr. Pedro Portugal \***

Muito obrigado. Muito bom dia.

Pegava, então, nesta pista que o Eng<sup>o</sup> Vila Lobos me deixou, a Educação Ambiental encarada pelas Associações de Defesa do Ambiente.

Começava por chamar a atenção para o que se prende, realmente, com as intervenções aqui feitas, principalmente com a da Dr<sup>a</sup> Clarisse Mendes. Um aspecto que me parece importante e que, de algum modo, não tem sido utilizado nem exercido, quer pela Administração, quer pelas próprias Associações do Ambiente, é o que resulta das prerrogativas contempladas na lei das Associações de Ambiente (Lei nº.10 /87, de 4 de Abril), em especial do seu Art<sup>o</sup>.10<sup>o</sup>. que, de algum modo, atribui ao Ministério da Educação um conjunto de obrigações em termos de perspectivar a Educação Ambiental, mas colocando-lhe igualmente a obrigação de recorrer, para o efeito, à colaboração das Associações de Defesa do Ambiente. É claro que isto é um direito-dever no sentido em que, se cabe algum ónus ao Ministério da Educação, cabe igualmente às Associações o esforço de reivindicar esse mesmo espaço, que aqui foi referido, da implementação da Reforma e das condições de execução. No que diz respeito, principalmente, à integração de conhecimentos, quando os refere, estou perfeitamente de acordo. Penso que abre um leque, pelo menos, um pouco mais amplo

---

\* Presidente da Direcção da Confederação das Associações de Defesa do Ambiente.

do que o tradicional - em que se notava apenas o aspecto do reforço do curriculum, nas questões de Educação Ambiental -, abrangendo todo o conjunto de problemas de execução e de condições de funcionamento ao nível das próprias escolas, onde, não há dúvida, que as Associações do Ambiente poderão dar essa tônica ou essa colaboração, já que, de algum modo, se encontra aqui latente um princípio de verdadeira co-gestão ou de co-decisão que, realmente, não tem sido accionado. E essa falha tem-se verificado de ambas as partes. Penso que terão as costas um pouco voltadas nesta perspectiva e quando foram criadas, de facto, as condições de trabalho e de levantamento da integração das preocupações ambientais nos curricula, poderiam ter integrado a composição destes elementos. Portanto, considero que tem havido uma experiência não muito institucionalizada, uma vez que a minha prática, no que respeita às Associações de Defesa do Ambiente, ou melhor, a experiência que tenho recolhido de algumas acções realizadas em escolas, tem demonstrado que elas se têm desenvolvido sempre um pouco sob a forma de voluntariado, de alguma adesão através da articulação com Associações de Estudantes ou, ainda, através de alguns núcleos de professores mais entusiasmados por estas questões. Tal não significa que, realmente, não se estejam a integrar progressivamente essas preocupações. Naturalmente que sim, mas, de algum modo, poder-se-ia caminhar, nesta filosofia um pouco mais institucionalizada (já que até existe essa prerrogativa), se ela fosse melhor accionada.

Estas são as questões essenciais que suscito sobre as intervenções havidas. Para já ficava por aqui e passava a palavra ao meu colega.

## Nuno Oliveira \*

Como o Eng<sup>o</sup> Vila Lobos já disse, eu estou ligado ao Parque Biológico Municipal de Gaia, portanto, a um centro de iniciação ao Ambiente da responsabilidade duma autarquia, o único, tanto quanto sei, com essas características. Desenvolvo trabalho no terreno, embora tenha também ligações às escolas e às Associações e, por isso, posso aperceber-me do problema nessas vertentes. De maneira que, permitam-me que coloque o problema que estamos aqui a discutir numa outra perspectiva.

Para mim, trata-se de uma questão de construção civil. O dono da obra é a população; os arquitectos, já aqui estiveram e apresentaram os seus projectos para a obra. Temos também, a empresa ou empresas de construção civil, que são o Ministério da Educação e as escolas e, por fim, temos os operários que são os professores. Aquilo que falta é o edifício. Dos operários que temos, muitos deles (deixem-me introduzir aqui uma noção que é particularmente importante no nosso País), trabalham por carolice. Estou a vê-los aqui à minha frente, sempre as mesmas pessoas a trabalharem na construção deste edifício, essencialmente por carolice, e que, infelizmente, constituem uma pequena, pequeníssima percentagem dos operários deste edifício. Julgo que é por essa razão que o edifício não se constrói, ou melhor, vai sendo construído, lentamente. Não estou aqui a fazer um discurso pessimista, porque efectivamente nestas duas décadas, de Educação Ambiental em Portugal, avançou-se muitíssimo, a tal ponto que hoje

---

\* Director do Parque Biológico Municipal de Vila Nova de Gaia.

estamos aqui sentados, neste forum privilegiado, a discutir o assunto. Mas julgo que é fundamental ter presente nesta discussão, essa noção de carolice e caminhar para ultrapassar esse problema. Os próprios professores se queixam (e em conversas mantidas, muitas vezes e aqui mesmo, hoje), que nas suas escolas, onde desenvolvem projectos de Educação Ambiental (temos aqui o mapa fornecido pela Direcção-Geral com o levantamento dessas escolas e, com certeza, que outras haverá), todos esses projectos que estão junto dos programas, na maioria dessas escolas se não em todas, na base desses projectos, não está uma vontade institucional, mas a vontade individual de uma pessoa, de um grupo de dois ou três professores que, às suas custas, à custa dos seus tempos livres, muitas vezes dos seu próprio dinheiro, levam para a frente projectos de Educação Ambiental. É esta a realidade que temos.

Outra coisa que me parece também importante ter presente, é a noção de pessoa ou de instituição-recurso, que é algo que falta muito no nosso País e que, nomeadamente, os professores procuram constantemente. Ainda há pouco, a Maria Eugénia dizia que alguém lhe foi pedir documentação sobre a floresta. Bom, este é um dos problemas reais do desenvolvimento da Educação Ambiental nas escolas e não só da Educação Ambiental - a quem é que vamos pedir coisas? E, muitas vezes, aquilo que os professores pedem são coisas simplicíssimas. No Parque Biológico aparecem-me diariamente professores a pedir coisas muito simples, como por exemplo: a informação sobre a floresta (não custa nada fazer umas fotocópias ou entregar uma brochura); duas enxadas, porque têm um clube de jardinagem na escola e precisam de enxadas e de mangueiras; o empréstimo de uns painéis de exposição, pois querem expôr no fim do ano, (uma coisa simplicíssima, mas que as escolas não têm); um projector, ou outra coisa semelhante. É, de

facto, necessário haver instituições-recurso onde as escolas possam ir e obter determinados apoios, quer a nível informativo, quer a nível de equipamentos e materiais e todos sabemos como é difícil, entrar numa instituição e pedir um apoio. Estes colegas da Maria Eugénia que lhe pediram a informação sobre a floresta, possivelmente se tivessem ido à Direcção-Geral das Florestas (aqui passo qualquer crítica, obviamente), teriam perdido uma manhã e, provavelmente, teriam saído com um papel de há 15 anos, a falar do pinheiro-bravo, do eucalipto, da processionária ou de qualquer outra coisa, em suma, com material em desuso. É necessário, de facto, que haja locais onde se possam dirigir e, infelizmente, esses locais e pessoas, também têm funcionado ao longo destes anos, na base da carolice. Sabe-se que se pode ir falar com determinada pessoa, porque ela está disponível para ir fazer não sei quantos quilómetros, a fim de passar os diapositivos e fazer uma projecção comentada sobre um assunto que domina, ou porque é geólogo, ou porque conhece o Gerês ou por qualquer outro motivo. Sabe-se que se pode contactar determinada pessoa de determinada instituição, porque é uma pessoa disponível e arranja-nos as tais fotocópias, a tal informação ou empresta-nos as tais fotografias. Deixem-me tratar com particular carinho o Instituto Nacional do Ambiente, onde se sabe, obviamente, que também há material informativo à disposição, onde imensos professores têm tido, julgo que um acolhimento um pouco diferente do resto das instituições e que tem, portanto, funcionado, até agora, como instituição-recurso. Direi que insuficiente, deveria ter muito mais capacidade de resposta, mas foi funcionando e muito do que se fez nas escolas, na área da Educação Ambiental, contou com o seu apoio (às vezes, meramente ao nível da meia dúzia de fotocópias, mas é importante). Por vezes, são coisas muito simples. Eu lembro-me daqueles pequenos projectos que o

Instituto vem apoiando, há vários anos, nas escolas e não só nas escolas, mas também nas Associações, através de participação por meio de verbas, pequeníssimas, 20, 30 contos, ridículas, pequeníssimas. No entanto, são um estímulo fantástico, porque, muitas vezes, são o único apoio oficial que uma escola de Bragança ou de Faro tem. E, portanto, gerem esses 20, 30 ou 40 contos que lhes foram postos à disposição como quem gere uma fortuna, com todo o rigor.

Era este o sentido da minha intervenção. Como disse, trabalho em "todo o terreno". No Centro de que sou responsável, tento proporcionar condições para que ali, os professores desenvolvam a sua Educação Ambiental. Não é meu objectivo substituir-me ao papel, que julgo que é único e insubstituível dos professores, mas tento proporcionar-lhes informação, proporcionar-lhes um local adequado, proporcionar-lhes, portanto, esses recursos que são, julgo eu, o que falta para acabar o tal edifício da Educação Ambiental. Estou absolutamente de acordo com o projecto de arquitectura que aqui foi definido, portanto, não o comentarei. Julgo que os conteúdos programáticos são óptimos, são mais do que suficientes, fornecem os conhecimentos básicos necessários ao desenvolvimento de projectos de Educação Ambiental, necessariamente multidisciplinares. Mas falta isso, falta o giz nas escolas, falta o retro-projector, faltam as cortinas nas janelas para podermos projectar slides, faltam as pequeninas coisas e os tais 20 ou 30 contos para ajudar a comprar o papel e outras coisas para o projecto.

**Eng<sup>o</sup> João Vila Lobos**

Bom, em nome da organização, gostava de agradecer muito os três comentários que foram feitos e, portanto, lançar agora o repto para a Assembleia - ajudar a construir um pouco do edifício (não sei que parte do edifício, se uma parede, se colocar apenas dois ou três tijolos). Se hoje, no final do dia, tivéssemos colocado neste edifício, um bocadinho de argamassa, seria bom para todos nós e para o nosso futuro, comum ou diversificado. Por isso, está lançado o repto para estabelecermos um diálogo entre todos.

**Dr. José Mercier Marques \***

Porque a temática deste Colóquio é a Educação Ambiental e a palavra "educação" tem, aqui, um significado mais amplo do que a ideia de "instrução", penso deveria abranger as preocupações relativas aos agentes económicos (em especial os ligados a actividades industriais que são os principais utilizadores de recursos naturais e produtores de resíduos determinantes de impactos e disfunções) e o esclarecimento dos gestores administrativos públicos, cujo papel em matéria ambiental é importantíssimo, com vista a garantir a perpetuação dos ecossistemas, no seu equilíbrio dinâmico, a perenidade qualitativa e

---

\* Assessor do quadro do Ministério da Educação, em serviço no Conselho Nacional de Educação.

quantitativa do património genético e a manutenção do potencial do suporte fisiogeográfico.

Penso que a intervenção das entidades responsáveis pela formação de gestores - tanto públicos como privados - deveria ser mais efectiva em matéria de Ambiente. E isto, não só a nível dos ministérios com tutela na área da gestão, mas também no que respeita às instituições de ensino superior que se ocupam dos ramos da economia, da gestão e das ciências humanas em geral, onde me parece existir uma grande lacuna formativa neste campo que, hoje em dia, nos países mais avançados, é considerado fundamental.

É um aspecto que julgo deveria ser debatido neste Colóquio.

Outra questão que, creio também, deveria merecer debate é a que se liga à forma como tem vindo a fazer-se a programação desenvolvimentista e o modo como tem vindo a ser concretizada. Não acolhendo uma perspectiva verdadeiramente integrada, não tem considerado devidamente a importância da componente "espaço" como suporte dos programas auto-sustentados, portanto, estribados no potencial endógeno e no ordenamento vocacional do território. E isto, conduz a que tais programas não abranjam todas as vertentes fundamentais, aligeirando os aspectos relativos ao impacto sobre o suporte natural, sobre os recursos - renováveis e não renováveis - sobre a matéria viva, e relegando para plano secundário os problemas de compatibilização entre o desenvolvimento, o progresso tecnológico e a investigação científica, e a perpetuação do nosso único suporte de vida que é este Planeta.

É quanto julgo, de momento, dever observar.



**Dr. António Queirós \***

A primeira questão que eu queria colocar, é sobre o problema da necessidade de uma formação em Educação Ambiental como noutros domínios do saber, de todos os professores e não apenas dos professores especialistas. Isto é, se a Educação Ambiental fôr cometida apenas aos professores de Biologia ou de Ciências da Natureza e não houver um trabalho de formação de todos os professores de todas as áreas disciplinares, ela continuará a ser uma actividade restrita e dependendo muito, não da vontade colectiva das escolas, mas da tal carolice de que se falou aqui. Eu penso que não será imediato, nem será fácil a integração na formação inicial dos professores de áreas interdisciplinares de formação, mas penso que os novos Centros de Formação de Professores podem cumprir esse papel. E podem cumpri-lo, quer em relação a uma formação científica na área da Educação Ambiental, quer ainda, em todos os domínios que se integram com a Educação Ambiental. Isto é, os professores não podem continuar a ser especialistas restritos, têm que ter uma visão global do saber. Os professores de Ciências têm que ir às Letras, os de Letras às Ciências e, sem isso, sem essa nova visão, não há segurança no trabalho dos professores, nem há capacidade de iniciativa. Este é o projecto fundamental do nosso Centro de Formação de Conimbriga que tem sede no Museu Monográfico de Conimbriga, mas que é um Centro policêntrico, cujos projectos têm vindo a ser acolhidos e estimulados pela Direcção Regional de Educação do Centro.

---

\* Director Pedagógico do Centro de Formação de Professores de Conimbriga.

A segunda questão, é sobre a perda da experiência de renovação pedagógica que os professores têm vindo a desenvolver nas escolas. O trabalho enorme dos professores, geralmente, fica anónimo e é necessário recolher experiência concreta e partilhá-la. Eu penso que esse pode ser um dos papéis fundamentais do Instituto Nacional do Ambiente e acho que o tem vindo a ser, a nível dos Encontros Nacionais de Educação Ambiental. Para o professor comum, é muito importante esse saber adquirido, esse saber experimentado, e é decisivo, sem menosprezo pelos grandes problemas de desenvolvimento curricular. Mas, sem esse saber concreto não há capacidade de transformação concreta nas escolas. Esse é um trabalho para o INAmb, mas não é, naturalmente, um trabalho exclusivo. Penso que deveria envolver também o Instituto de Inovação Educacional, o qual deverá promover a divulgação dessas experiências e virar-se mais para o Norte e não apenas para o Sul. É também tarefa a desempenhar pelos novos Centros de Formação, a de não permitirem que o trabalho dos professores fique no anonimato e pô-lo em comum. É nesta perspectiva, que o nosso Centro de Formação de Conimbriga pensa fazer anualmente um Encontro Nacional de Formação que seja um lugar de partilha e troca de experiências. Porque a Formação Contínua, hoje, corre o risco de se transformar num mero acto administrativo, numa espécie de corrida de obstáculos aos créditos, e não numa recuperação do gosto de ensinar, do esforço de actualização científica e de integração inter-disciplinar dos saberes. É preciso contrariar essa tendência para o formalismo da Formação Contínua que, a meu ver, constitui um risco objectivo.

A terceira questão, penso ser uma questão-chave para resolver as dificuldades em articular o curriculum formal com o curriculum

**informal das escolas e, por isso, queria frisá-la.** Tem que existir uma **chave que permita que as aulas da Área-Escola, as actividades de complemento curricular e as aulas habituais se articulem.** Eu penso que essa chave, do ponto de vista da articulação curricular, é a chamada **regionalização do curriculum.** Portanto, a necessidade de partir do sítio, de partir do monumento, da área protegida, da empresa, para permitir então as metodologias comuns, para permitir a integração dos saberes. Sem esse esforço de regionalização do curriculum é muito difícil tornar viável, à partida, esta nova visão do trabalho nas escolas. Ele é fundamental.

A quarta questão, prende-se com o problema da metodologia do trabalho de Educação Ambiental. Eu penso que um grande risco que se corre, aliás, é um risco geral para o ensino, é o de encerrar a Educação Ambiental na sala de aula, nomeadamente, quando as aulas são frias, as escolas são desumanizadas e o discurso não é um discurso de gosto ou de alegria. A vivência directa da natureza, como a vivência directa da experimentação científica noutras áreas, é indispensável. Sem essa vivência não se cria um sentimento de solidariedade, um sentimento de empatia, que tem que acompanhar a compreensão racional destes problemas; e, para isso, também é preciso criar um conjunto de condições, para que, de facto, a Ciência não seja elitista, não seja uma coisa maçadora, não seja entendida dessa forma, mas seja compreendida no contexto dessa vivência directa com a natureza e da recuperação do gosto de ensinar e de aprender, pelos professores e pelos alunos.

Finalmente, a última questão tem a ver com o problema da necessidade de aproveitar esta maré de mudanças para o

desenvolvimento de projectos integrados, nomeadamente, na Educação Ambiental. Isto é, o Instituto da Juventude não pode fazer campos que depois não tenham continuidade, o INamb não deve fazer campos que não tenham também uma articulação. Tem que haver um esforço para que todas as iniciativas criem entre si um sistema de vasos comunicantes e penso que os professores podem ser os mediadores desse processo. Os campos de Educação Ambiental que têm vindo a ser realizados no âmbito do INamb e do Instituto da Juventude, temo-los utilizado exactamente para estabelecer uma rede de ligação com as escolas e dar continuidade a esse trabalho, não um trabalho avulso, mas um trabalho que deve ser de integração das diferentes instituições. Por isso, também o nosso Centro de Formação tem procurado servir um pouco como placa giratória de diversos departamentos, de diversos museus, de diversas instituições que desenvolvem o seu trabalho nesta área e noutras áreas da Educação; pelo Património, pela Saúde, pela Arte, etc, e, portanto, podem ser os Centros de Formação de Professores a servir de mediadores e de embriões desses projectos integrados de Educação Ambiental, através de protocolos que estabeleçam com instituições que já estão no terreno, como nós pensamos vir a estabelecer com o INamb para os próximos anos de trabalho. É tudo, obrigado.

**Dr. José Augusto de Carvalho \***

O que se me oferece dizer, neste momento, e sobre o tema em discussão, é que parece-me óbvio que as escolas e, felizmente que assim é, estão cada vez mais abertas, mais atentas e, por isso, mais sensíveis, mais permeáveis ao que acontece no meio em que se inserem. Por isso mesmo, qualquer estratégia de Educação Ambiental eficaz no seio das escolas, não terá êxito se ela vier a ser contraditada por exemplos do meio exterior, do meio envolvente. Com isto, quero dizer, que não há educação que valha se não fôr alargada a toda a Sociedade. Por isso, aquilo que o Dr. Almeida Fernandes referiu como sendo o cerne desta questão é bem de valorizar e, passo a redundância, é a questão dos valores. Se não nos pusermos de acordo quanto aos valores que a Sociedade deve acarinhar, não há conceptualização, por melhor que ela seja, que tenha exequibilidade. Efectivamente, alguém me dizia "nós somos o mais velho Estado-Nação da Europa, temos oito séculos como Estado-Nação, vamos lá a ver se fazemos algum esforço para durarmos mais alguns séculos".

Na verdade, do que se trata não é apenas de preservar a vida e a natureza, mas, como tem sido repetido, é de não descurarmos a solidariedade relativamente às gerações futuras e, nesse aspecto e relativamente aos exemplos deletérios que vêm do meio exterior à Escola, deveríamos fazer alguma auto-crítica. Os autarcas não enjeitam

---

\* Representante da Associação de Municípios e Presidente da Câmara de Torres Vedras.

essa postura da auto-crítica, mas não podem fazê-la sózinhos, ou o quadro fica incompleto. É que há, a um nível de responsáveis na Administração, atitudes extremamente contraditórias e, quando falo em atitudes extremamente contraditórias, todos nós conhecemos actividades que se desenvolvem e que são maus exemplos em termos ambientais. Todos nós temos experiência, e os autarcas têm-na de sobejo, de qual é, não raro, a postura dos representantes de Departamentos da Administração Central, quando chamados a intervir em áreas da sua jurisdição (de disciplinar actividades industriais, de disciplinar indústrias extractivas de inertes, para exemplificar). É patente a preocupação do "paninho quente" em ordem a não inviabilizar economicamente as empresas que exercem essas actividades, em ordem - como se alega - à manutenção do emprego, com as implicações sociais que daí, compreensivelmente, advêm. Exemplo extremo, quando do auge da polémica sobre a eucaliptização do País, com a famosa afirmação apologética de que o eucalipto era o "petróleo verde" de Portugal. Efectivamente, não podemos escamotear estas contradições e não há Educação Ambiental que se concretize sem, a montante, nos esclarecermos quanto aos valores pelos quais, passe a redundância, nos devemos bater.

Há um outro aspecto que já foi aqui aflorado e que também não devemos escamotear, que é o dos recursos a disponibilizar às escolas para implementarem os seus projectos, pois o apelo sistemático às autarquias não é solução. O quadro, eu direi, de estrangulamento financeiro, que caracteriza a generalidade das autarquias, não permite viabilizar esse apoio. As autarquias têm órgãos, órgãos que são de Administração Pública, como existem órgãos de Administração Pública ao nível central. É insólito fazer apelo ao mecenato das autarquias

relativamente a actividades da Administração Central. Isso não aparece em nenhum código, isso não tem um mínimo de lógica. Por isso, eu diria que falarmos em Educação Ambiental sem tentarmos resolver as contradições gritantes que responsáveis da Administração Pública protagonizam no quotidiano na área envolvente das escolas, é estarmos a defraudar algo de essencial, assim como também falarmos de projectos de Educação Ambiental, a implementar nas escolas, sem acautelarmos os recursos necessários para o efeito, é também estarmos a iludir uma questão importante.

**Dr. Olímpio Sousa Gomes \***

Vou tentar ser pragmático, até porque nas escolas somos obrigados a trabalhar com o que existe, daí termos de nos cingir bastante às possibilidades reais de cada estabelecimento de ensino.

Em Silves, como em quase todas as outras escolas, o que se vem fazendo relativamente à Educação Ambiental é, na maior parte das vezes, fruto do amadorismo e da carolice de alguns professores, a quem o INAmb e, em tempo mais recuado a Comissão Nacional do Ambiente, tem dado o apoio para a realizar e, sobretudo, tentado que essas experiências não morram, incentivando-as.

---

\* Professor da Escola Preparatória de Silves.

Outra coisa de que parecerá talvez caricato ou até anedótico falar para quem aqui está, mas que me parece que é um problema que também se deve abordar, será o de que nas escolas é necessário esclarecer o que é a Educação Ambiental, qual a sua abrangência, os seus princípios, a sua multi-pluri-disciplinaridade. E necessário é, também, sublinhar-se que ela não é especificamente pertença de um determinado grupo, mas sim de natureza curricular, portanto, de toda a escola. Neste momento, quem leva por diante ou desenvolve acções sobre Educação Ambiental dentro das escolas? Há um leque enorme de professores que a podem dinamizar, mas, em geral, só um grupo a chama a si, considerando-a objecto do seu currículo. Praticamente todos os outros se demitem.

Contudo, mesmo assim, cada vez mais esse leque se tem vindo a alargar. Daí a necessidade premente da formação de professores nesta área. Porquê? É necessária uma mudança de atitude relativamente ao ambiente, portanto, à Educação Ambiental. O Nuno Oliveira e a colega Eugénia abordaram há pouco a questão e penso que o problema que se vive nas escolas, em função das limitações existentes, tem impedido o desenvolvimento deste trabalho.

Até aqui tem sido o Instituto Nacional do Ambiente que nos tem apoiado. A partir de agora, não sabemos se poderá continuar a fazê-lo. Se esse apoio cessar, penso que face às dificuldades orçamentais com que as escolas se debatem, corremos o risco de perder um trabalho já com vários anos de continuidade e alguns frutos.

Quanto ao equipamento das escolas de que aqui se falou, e às iniciativas que surgem e que não se podem realizar ou, por vezes, são feitas sem um mínimo de condições, cito apenas um caso - a sala de



audiovisuais (nas escolas em que as há) quase nunca têm cortinas, porque as verbas são tão exíguas que nem mesmo para as prioridades são suficientes.

**Dr. José Carlos Abrantes \***

Em Portugal, como noutros países da Europa, os jovens frequentam uma instituição universal e obrigatória (a escola). Simultaneamente, passam em média três horas por dia (ou seja, mais de 20 horas por semana) a olhar para a televisão, também ela uma "instituição" universal (96% dos lares em Portugal estão equipados com um televisor), obviamente não obrigatória.

O ambiente, sendo uma preocupação para ser assumida por todos, tem importantes relações com a escola e com os media. Com a escola, pois é nela que se começa a formar a consciência dos cidadãos pelos processos clássicos de construção do saber e da cultura. Com os media e, em especial com a televisão, pois é a partir destes que também se forma a consciência dos cidadãos pelos processos presentes de construção cultural, uma construção fortemente ligada à actualidade e aos mecanismos da informação de massas. Todos os dias se lêem, vêem e ouvem notícias sobre o estado calamitoso do ambiente. Mais raramente se lêem, vêem ou ouvem notícias sobre gestos de construção

---

\* Instituto de Inovação Educacional.

de um ambiente mais participado e harmonioso para as espécies que têm, simultaneamente, a sorte e o azar de habitarem o nosso planeta. Pela catástrofe (quase sempre), pelo gesto construtivo (por vezes), o ambiente ocupa os media.

Na época das descobertas, as viagens marítimas contribuíram para uma nova visão do espaço, tendo a cartografia portuguesa jogado papel importante na representação gráfica dos novos mundos do mundo. Nos nossos dias, outras viagens (as espaciais) ajudaram a ver a Terra de outra forma - vista do espaço a Terra é Azul. Em Portugal ,este "slogan" foi vulgarizado, sobretudo, na rádio por Gil Montalverne e tem origem numa expressão de um astronauta ao ver a Terra do espaço. Se hoje o sabemos é, pois, porque máquinas e homens registaram em imagens a beleza impressionante da Terra vista de longe. Alguns buracos (como o do ozono) são mais visíveis quando podem ser "vistos" - ver para crer, como S.Tomé. Ainda mais "visíveis" se tornam essas imagens se têm audiências já não apenas nacionais, mas também planetárias, como foi o caso. Ou seja, as novas descobertas aproximaram-nos de outros territórios longínquos e deram-nos outras formas de ver a Terra que habitamos. Por isso, nos aproximaram também de Abraham Moles, pensador das coisas da comunicação.

Este sociólogo escreveu em 1975 numa revista da especialidade, que os media nos aproximaram do que está longe, afastando-nos simultaneamente do que está perto. A primeira parte da afirmação não é contestável. Estamos hoje mais próximos do que está longe - cada um de nós já pôde ver a Terra a partir do espaço, já conviveu com as favelas do Rio de Janeiro ou com o mundo do espectáculo da

Broadway, mesmo sem ter experienciado pessoalmente cada um desses mundos. Bastou o botão da TV.

Porém, o que está perto afastou-se - deixámos de conhecer o vizinho (ou pelos menos, os seus problemas e aspirações), deixámos de conhecer a rua, deixámos de conhecer o bairro. Ora, se este movimento de afastamento foi incontestável, poderemos hoje também dizer que os media, paradoxalmente, nos podem aproximar do que está perto. Basta recordar Rodney King (uma câmara na mão de um ser humano). Pode assinalar-se também o anúncio da Associação Portuguesa dos Biólogos, passado na CNN e consagrado no nosso País com um prémio de publicidade, anúncio que nos lembra a importância de um gesto quotidiano, o gesto de carregar num spray de laca, de perfume ou de desodorizante. Ou seja, o desenvolvimento do vídeo nos anos 80 e 90, bem como de outras tecnologias de grande expansão como o computador, pode permitir a cada cidadão, mas, sobretudo, à escola, focar a atenção na rua para "salvar" o planeta. Afastar e aproximar, são dois balanços contraditórios da pulsão individual e social, são dois balanços contraditórios das forças e fraquezas dos media.

Em suma: escola, media e ambiente constituem uma trilogia inseparável. Inseparável pela informação sobre o ambiente que se trabalha na escola e também nos media. Inseparável pelos valores que se constroem na escola e nos media. Inseparável pela atitude reflexiva da escola sobre o ambiente que nos rodeia e pela urgente integração crítica a fazer pela escola sobre os media que rodeiam o nosso ambiente, um meio fundamental de permitir que as representações dos outros não se sobreponham, sem reflexão, às construídas por eles

próprios. Inseparável pelo papel que o vídeo, o som ou a imprensa escolar podem preencher nesta matéria (tal como a formação pessoal e social, a Área-Escola ou cada uma das disciplinas). Assim queiram, professores e especialistas, unir a rua ao planeta.

Com a escola, com a vida, com o vídeo.

### **Dr. Rogério Manita e Sousa \***

Gostaria de, em primeiro lugar, em nome da minha Associação, felicitar o Instituto Nacional do Ambiente e o Conselho Nacional de Educação pela organização deste Colóquio e lançar aqui alguns pontos de discussão.

Como já foi referido, a Educação Ambiental tem sido feita de "muitas palavras bonitas, muita carolice da parte dos professores e muito poucos actos e apoios por parte do Estado". O INAmb, mais que qualquer outra Instituição, sentirá essas dificuldades na tentativa que vem desenvolvendo no apoio às escolas.

Consustanciando estas palavras diremos que, há mais de seis meses, no 3ª Encontro de Educação Ambiental realizado em Oeiras, foi aprovado um documento elaborado conjuntamente pelo Instituto e pelas Associações de Defesa do Ambiente que, nessa data, recebeu os

---

\* Associação Portuguesa de Biólogos.

contributos dos participantes naquele Encontro, no qual nós próprios colaborámos, procurando estabelecer as bases de uma Estratégia Nacional de Educação Ambiental. Passado todo este tempo, acreditamos que nada terá sido feito para iniciar os trabalhos subsquentes previstos, pois, até este momento, a APB que para tal se disponibilizou, não recebeu ainda qualquer contacto para o efeito.

Depois, gostaríamos de apoiar a primeira intervenção que aqui foi feita e onde se apontava a falta de formação dos gestores nestes domínios. Falta-lhes, muitas vezes, até a sensibilidade para os problemas ambientais, sejam eles gestores políticos ou empresariais, desde as Juntas de Freguesia aos mais altos cargos do Estado, das pequenas às grandes empresas.

Uma das hipóteses que vislumbramos para ultrapassar estas falhas de formação, e já que nos foram pedidas propostas inovadoras pelos Secretários de Estado que aqui estiveram presentes, seria a de lançar o repto para que, no que concerne à educação extra-escolar (no seguimento do documento que nos foi distribuído e que nos dava conta da realização de cursos sócio-profissionais e sócio-educativos para adultos), se tornasse obrigatória a introdução da Educação Ambiental, em todos os cursos apoiados pelo Fundo Social Europeu, tal como já acontece com a Higiene e Segurança no Trabalho.

Por último, e porque vem no seguimento da questão anterior, gostaria de mencionar o espanto da Associação que represento, relativamente aos novos programas na área das Ciências da Natureza.

Ouvimos referir aqui que a Reforma do Sistema Educativo Português é muito bonita em palavras (leiam-se os Curricula), mas

falha em meios, que é o mesmo que dizer, não atinge os objectivos, pois não se fazem "omeletes sem ovos" perdoem-nos a expressão popular.

Na nossa opinião pessoal, esta é sim uma Reforma Económica do Sistema Educativo, mas não será agora o momento mais oportuno para discutir este tema.

Diremos apenas que, sendo a Educação Ambiental uma tarefa de todas as áreas pedindo um trabalho interdisciplinar, não se crê que baste a Área-Escola como espaço que tudo resolverá nestes domínios.

Será preciso facultar aos jovens formação específica, leia-se Ecológica, e não se vê nem programa nem tempo que a contemple na actual "Reforma", nomeadamente, na disciplina de Ciências da Natureza, pois a Ecologia é, como todos sabem e por definição, "parte da Biologia que se ocupa das relações dos seres vivos entre si e destes com o meio que os rodeia".

Poderão pensar que estou "a puxar a brasa à minha sardinha". Talvez. Só que não se entende como é possível ministrar a Educação Ambiental sem bases Ecológicas, a não ser que se entenda que ela pode penetrar como uma qualquer mensagem de "marketing" que, de tantas vezes referida, é assimilada, não interessando se de modo inteligível.

Numa altura em que o Ambiente é tão falado (talvez seja só isso!), não se entende como é retirado às Ciências da Natureza um ano no ensino básico, quando talvez fosse até de pensar que elas poderiam acompanhar a formação dos jovens, qualquer que fosse a área que

escolhessem para o seu futuro profissional, face à acuidade dos problemas ambientais.

Quando na Europa se aposta no dilatar da formação neste domínio, Portugal retrocede, apoiando-se, no entanto, em "frases encantadoras".

Muito obrigado.

### **Dr. Vitor Nogueira \***

Antes de mais, gostaria de exprimir a minha compreensão, relativamente às queixas e dificuldades exprimidas pelas escolas e professores que me antecederam. Existem numerosas carências no terreno, dificuldades de informação, de espaços físicos, de materiais pedagógicos, de formação adequada, de recursos financeiros, de apoio e incentivos.

Curiosamente, em termos teóricos, a abordagem que é feita institucionalmente sobre a Educação Ambiental, parece merecer a concordância, mais ou menos geral, da comunidade educativa ou ambiental.

A Lei de Bases do Sistema Educativo, os documentos base da Reforma do Sistema Educativo, os novos programas e planos

---

\* Representante do Instituto de Inovação Educacional.

curriculares têm acentuado o carácter sistémico, integrador, transdisciplinar, inter e multidisciplinar da Educação Ambiental. Há um consenso alargado relativamente às metodologias a utilizar, acentuando pedagogias activas, o estudo de casos, o trabalho de projecto adaptado às realidades concretas, a abertura aos diferentes meios locais, a dimensão participativa, as formas de articulação entre os currícula formal e o oculto.

Esta perspectiva, também é partilhada pelo Ministério do Ambiente, existindo nesta área uma excelente colaboração entre os dois Ministérios, sendo de destacar a importância da intervenção do INAmb junto das escolas.

As nossas dificuldades não residem, portanto, no enunciado de princípios ou de planos, mas, sobretudo, nas condições de funcionamento e de execução da Educação Ambiental como, ainda há pouco, foi referido pela Dr<sup>a</sup>.Clarisse Mendes.

Entre os aspectos que deverão ser contemplados, está o fortalecimento da ligação às comunidades educativas e às ONG (Organizações Não Governamentais) que trabalham nesta área, a melhoria da situação dos espaços, equipamentos educativos e outros recursos (informáticos, videográficos), o desenvolvimento de incentivos à formação e à inovação, a formação de docentes e outro pessoal, o acesso à informação, assim como, dar continuidade e assegurar coerência aos projectos em curso.

A questão da informação parece-me essencial. É essencial criar uma rede de informação que possa facultar às comunidades locais, escolar e ambiental o acesso a bases de dados existentes, a legislação, a projectos



meios de aquisição de saberes, de integração de conhecimentos e ligação teoria/prática, criando condições de iniciativa e autonomia das escolas.

Fiz parte de um grupo de trabalho que fez uma proposta neste sentido a partir de um suporte videotexto. Seria uma forma relativamente barata de criar uma rede interactiva, actualizável, fácil de instalar, não exigindo formação especializada aos utilizadores. Favoreceria os contactos entre as entidades envolvidas - Ministérios da Educação e Ambiente, escolas, institutos de investigação, ONGs, etc., - a partilha de projectos e informações.

Está de acordo com os princípios de Educação Ambiental com que todos concordamos, vem no sentido da recentemente aprovada Estratégia Nacional de Educação Ambiental, tem sido proposta à escala comunitária e julgo que pode mesmo obter financiamento comunitário.

Por outro lado, estando em curso no Ministério de Educação o estudo duma rede de informação - RICOME - com características técnicas semelhantes à proposta, parece-me que deveria ser utilizada naquele sentido - se, evidentemente, houver aqui entendimento de que essa rede de informação tem utilidade.

Outro aspecto que me parece importante e ainda não foi referido, é o da inserção da Educação Ambiental na Formação Profissional. No entanto, deixaria este aspecto para outra intervenção, se esta se vier a proporcionar.

Muito Obrigado.

**Prof. Doutor Lobato Faria \***

Eu queria intervir em dois pontos.

O primeiro, relaciona-se com a imagem que o Nuno Oliveira, do Parque Biológico de Gaia, em boa hora, nos transmitiu do projecto e da obra de construção civil. De facto, ele tem muita razão. Dou também o meu apoio ao que a Dr<sup>a</sup> Clarisse nos expressou através da sua comunicação. Não nos esqueçamos de que ela terminou afirmando que era fundamental, antes de propôr mudanças, observar como funciona este curriculum. Isto é, julgo que o edifício, bem ou mal, existe. O que significa que, melhor ou pior, nós temos que monitorizar como é que se vive nele.

Aquilo que a Dr<sup>a</sup> Clarisse Mendes nos afirmou tem, de facto, muita pertinência. Eu ligo isto a uma intervenção feita há pouco no auditório, sobre a diferença entre carolice e amadorismo. A carolice é ótima, atrevo-me até a dizer que nada no mundo se fez, de grande ou de bom, sem carolice. Mas, o amadorismo é o maior inimigo da construção deste edifício. Portanto, também nos compete um pouco a nós, professores, salvaguardar este facto. Quer dizer, para haver bons profissionais é preciso haver bons professores.

Da intervenção da Dr<sup>a</sup> Maria Eugénia Cochofel, que ouvi com muita atenção, concluí que temos uma "divisão" do edifício que pode

---

\* Professor da Escola Nacional de Saúde Pública.

ser ocupada por duas disciplinas, ou seja, é proposta uma opção. Eu desconhecia que assim fosse e, por isso, chamo a atenção do auditório para a importância desta novidade - o Desenvolvimento Pessoal e Social está em alternativa com a Educação Moral e Religiosa Católica ou de outras confissões. Considero isto uma ofensa, tanto para a Educação Moral e Religiosa, como para o Desenvolvimento Pessoal e Social. Acho que é um defeito básico que convinha corrigir já. Julgo que é insustentável que um "compartimento" possa ser ocupado por duas disciplinas que são complementares. Considero terrível ouvir isto, sobretudo, se tivermos em conta todo o peso que a Reforma dá à dimensão para a cidadania e a disciplina. Digamos que foi por isso que se criou exactamente a disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social. Propunha a todos que se fizesse acabar a confusão nesse sentido.

Este era o primeiro ponto para o qual queria chamar a atenção das pessoas presentes.

Julgo que esta manhã, já fomos confrontados com ambos os Secretários de Estado, que nos disseram que é necessário, de alguma maneira, passar a uma acção mais concreta. A Senhora Secretária de Estado do Ambiente pediu que este forum desse algumas ideias nesse sentido. Eu julgo que a organização deste Colóquio, está a provar ser excelente ao apresentar duas comunicações-base seguidas de comentários, que enriqueceram e potenciaram extraordinariamente as próprias ideias. No Painel que o programa deste encontro nos vai proporcionar, julgo que seria de fazer um esforço para que surgissem, de facto, algumas ideias concretas de prosseguimento da acção.

O segundo ponto, prende-se com a maravilhosa comunicação do Dr. Almeida Fernandes (que é, digamos, um corolário de quase uma

vida inteira dedicada com intensidade e com paixão a este assunto), mas também com uma pequena frase do Sr. Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras, na qual afirmou que se "necessitam valores para assentarmos naquilo em que nos vamos lançar" - a pista do aeroporto da qual vamos partir. Já estamos no ar, digamos assim e, a todo o momento, partem novos programas. Agora mesmo, com certeza, que em todo o País estão a desenrolar-se "n" acções de Educação Ambiental. Muitas delas, nem sequer os próprios promotores sabem que estão a fazê-las o que, de certa maneira, é bom. Mas, neste aspecto, eu queria chamar a atenção de todo o auditório para as palavras finais da comunicação do Dr. Almeida Fernandes. Ele disse, e eu acho que isto poderia ser o frontispício deste Colóquio: "o mais importante de todos os recursos disponíveis no nosso planeta é o próprio Homem, é com ele que temos que contar e nele teremos que apostar. Investir no futuro é investir na Educação". Não vou ler mais, mas termino aqui propositadamente, para realçar esta última frase: "Investir no futuro é investir na Educação".

Por outro lado, ele que é um ecólogo distinto, teve o cuidado de se afirmar como um ecólogo e fez muito bem. Na realidade, eu tenho sido confrontado ultimamente na Escola Nacional de Saúde Pública, onde estou há alguns anos, com algumas contradições, alguns conflitos, que derivam do facto de, muitas vezes, nos esquecermos que a questão do Ambiente é, ou deverá ser, antropocêntrica. O ser antropocêntrico, não quer dizer que o Homem tenha uma prioridade absoluta sobre todas as outras espécies, mas que devem ser respeitadas as leis da Ecologia nesse aspecto. Só que o Homem é um animal e, portanto, está perfeitamente integrado dentro dos ecossistemas, dentro da Natureza, mas é também um ser pensante, por isso, a dimensão psicológica e

social tem que estar presente. Imaginem os senhores que, há 6 ou 7 meses, se me deparou uma "invenção" dum médico francês, o Dr. Jacques Bertillon que, há mais ou menos 100 anos, lançou a ideia da Mesologia. Esta ideia existe na nossa imaginação. Na Faculdade de Agronomia há até algumas disciplinas que contemplam, não só os fenómenos propriamente dos ecossistemas, que são bio-físicos (relembro aqui que os fenómenos estudados pela Ecologia são bio-físicos), mas também a parte psico-social, tal como a Mesologia.

Eu queria dar aqui uma achega no sentido da defesa dos valores do antropocentrismo, do raciocínio, que têm que ser, de facto, defendidos.

Muito obrigado.

### **Prof. Doutor João Joanaz de Melo \***

Este é um tema muito vasto e levantaram-se aqui muitas questões, mas vou cingir-me às relacionadas com a educação básica dos cidadãos, em particular, ao nível escolar.

No tocante aos curricula formais, tive oportunidade de passar hoje os olhos, pela primeira vez, pelos curricula ligados à saída da nova

---

\* Doutorado em Engenharia do Ambiente e representante do Departamento de Ciências de Engenharia do Ambiente da Universidade Nova de Lisboa. Coordenador do GEOTA (Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente).

Reforma Educativa. Obviamente que, como defensor do Ambiente, gostaria que houvesse maior peso dos aspectos ligados às Ciências da Vida e da Terra, à Ecologia, às questões ambientais. Mas, pelo menos verifica-se que, os principais tópicos estão lá presentes. Aliás, não me sinto qualificado para discutir se deveriam existir em maior quantidade ou maior profundidade.

Preocupa-me mais um outro aspecto - penso que a Educação Ambiental não pode ser entendida, de maneira nenhuma, como uma disciplina à parte. Tem que ser uma segunda natureza das pessoas, uma parte essencial da educação geral. Aliás, isso já foi dito por algumas pessoas, mas eu queria reforçar esta ideia. Eu posso, intelectualmente, saber que a camada do ozono está ameaçada, ou que não se devem destruir os ecossistemas, mas se ao nível da educação básica não tiver essas noções inconscientemente imbuídas dentro de mim ou se não conhecer de todo essas disfunções ambientais, eu não terei nenhum interesse em preservar tais valores. Se as crianças aprendem instintivamente que não se devem matar pessoas ou que, perdoem-me a crueza da expressão, não se devem fazer as necessidades fisiológicas no corredor, devem ficar, da mesma maneira, com a clara noção de que as questões ambientais são fundamentais e devem de facto ser encaradas como uma segunda natureza e não como algo apenas intelectual.

Como é que nós poderemos melhorar esta interiorização das questões ambientais, nomeadamente, ao nível da escola? Obviamente que uma das maneiras é incorporar essas preocupações numa forma interdisciplinar, em todas as disciplinas curriculares. Algum esforço já foi feito nesse sentido, mas penso que se pode fazer muito mais, quer

ao nível dos curricula propriamente ditos, quer ao nível da formação de professores. Em todas as disciplinas, sem excepção, é possível transmitir preocupações ambientais significativas. Está-se muito longe, ao nível curricular e ao nível de formação, de se fazer aquilo que é possível.

Outro aspecto onde há um potencial enorme, é o próprio funcionamento da escola. Coisas como usar papel reciclado e ter sistemas de reciclagem de papel ou usar sistematicamente lâmpadas de baixo consumo. Por exemplo, as lâmpadas desta sala, quanta electricidade estão a gastar? Se estamos a falar duma educação global, se calhar devíamos estar imersos em sistemas que funcionassem dentro da nossa sociedade, da nossa situação, tão bem quanto possível em prol do Ambiente. E isso devia ser algo que, desde a escola, as pessoas deviam habituar-se a viver, de maneira que, quando fossem para os seus locais de trabalho, na sua vida profissional, levassem consigo essa preocupação permanente. Há imensos exemplos de como é que isto pode ser implementado e, muitas vezes, sem sequer ter custos significativos. Por exemplo, quando se faz uma escola nova, entre os critérios para os fornecedores, podem estabelecer-se critérios ambientais. Há aqui um campo muito vasto que, com certeza, valerá a pena aprofundar.

Um outro aspecto que me parece fundamental é a lógica inquisitiva e a capacidade de iniciativa, por oposição à lógica sebentista. Temos uma tradição em Portugal, a todos os níveis, de um ensino excessivamente sebentista, virado para a regurgitação de coisas aprendidas e dá-se, na minha opinião, demasiado pouco valor à iniciativa do aluno, enquanto ele próprio factor de formação, (eu sinto

isto, particularmente na Universidade, mas diria que é igualmente problemático noutros níveis de ensino). Eu diria mesmo que, uma das grandes causas do nosso atraso em matéria de desenvolvimento sócio-económico, é o facto de não se promover activamente essa capacidade de iniciativa e essa capacidade inquisitiva. E, nas questões ambientais, isto é absolutamente fundamental, por várias razões. Enquanto que há disciplinas como a Matemática, em que se calhar durante toda a vida a maior parte das pessoas só vai aprender "ciência feita", em matérias ambientais, isso não é verdade. Enquanto cidadãos, somos todos motores de alteração do nosso Ambiente, e inclusivamente, factores de pressão sobre as próprias autoridades e sobre o meio que nos rodeia. Portanto, uma filosofia permanente de inquirição e de iniciativa é absolutamente indispensável. Isto liga-se a outro aspecto - é que se se pretende desenvolver este tipo de capacidades numa educação global, as questões ambientais são particularmente adequadas ao seu desenvolvimento exactamente, porque têm esta perspectiva de intervenção no meio envolvente.

Quanto à forma como devem ser desenvolvidas acções concretas, por exemplo, na Área-Escola, penso que deveriam privilegiar-se os contactos com as organizações de base local, sejam associações de defesa do ambiente, sejam autarquias e pôr os estudantes a executar projectos em benefício da comunidade. Coisas que sejam úteis à própria comunidade. Esta abordagem tem várias vantagens. Uma, é dar aos jovens a dimensão da sua própria capacidade de fazer coisas outra, é realizar algo de útil para a própria comunidade que, inclusivamente, pode ser um factor importante para apoio das autarquias e empresas a essas iniciativas.



Finalmente, refiram-se os meios de actuação, cuja escassez representa um estrangulamento importante a vários níveis. Um, é a existência de informação disponível, por exemplo, ao nível de bibliotecas. A disponibilidade de informação neste País, em particular nos ensino básico e secundário, é patética. Aliás, já é patética ao nível da universidade, mas nas escolas básicas e secundárias, é pior ainda. Eu, todos os dias, na minha qualidade de dirigente associativo, recebo cartas de escolas, de alunos, de pessoas que pedem informação sobre as coisas mais variadas. Algumas delas nós, eventualmente, podemos providenciar, mas muitas outras deviam fazer parte da biblioteca básica de qualquer escola. E, convenhamos, que não há educação possível, sem haver meios de informação disponíveis.

Por outro lado, no que toca concretamente aos aspectos da Educação Ambiental, há uma falta muito grande de materiais de apoio, tais como meios audio-visuais ou fichas para trabalhos. Esse deveria ser um dos aspectos fundamentais da actuação do INamb. A sua intervenção deslocando-se localmente para fazer acções de sensibilização, embora meritória, é pouco eficiente. Penso que seriam mais eficientes e multiplicadoras, acções de formação de formadores e de apoio às próprias organizações locais (como as associações de defesa do ambiente), que conseguem fazer o mesmo com menos meios. Quanto aos meios audio-visuais, o INamb tem condições particularmente boas para promover acções de sensibilização em larga escala, por exemplo, através da televisão. Aliás, o GEOTA tem defendido isso várias vezes, no que toca à própria reestruturação do Ministério do Ambiente e dos Recursos Naturais. Obviamente, todas estas funções deveriam ser apoiadas e financiadas pelo Ministério da

Educação, que é o primeiro responsável pela educação global dos cidadãos. Muito obrigado.

**Dr<sup>a</sup> Odete Sousa Martins \***

De facto, eu não tenho muito jeito para estas intervenções, mas estive desde o princípio a tomar notas e gostaria de destacar algumas frases que, no meu ponto de vista, são questões relevantes dentro do contexto da temática aqui abordada.

A Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Teresa Patrício Gouveia disse que: "é preciso procurar contribuições concretas". Na realidade, é preciso passar à acção e, sobretudo, à acção coordenada. O Sr. Dr. Joaquim de Azevedo afirmou que: "o Ministério da Educação está atento à problemática e não devemos esquecer que os novos programas se desenvolvem segundo três eixos que privilegiam a aquisição de conhecimentos e do desenvolvimento de atitudes e capacidades, mas a Área-Escola é também importante". Volto a frisar, a escola tem um papel insubstituível. Quanto à interrogação, "como se pode articular isto tudo?" digo que, mas a um nível superior, há necessidade de definir uma política ambiental. A Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Clarisse Mendes fez duas afirmações-chave: "a escola é a única", "como está a funcionar?". Penso que, quanto à segunda, ainda não sabemos ao certo, mas é, realmente, necessário termos conhecimento de como funciona. O

---

\* Professora da Escola Secundária de Camões, em regime de requisição na Direcção-Geral dos Ensinos Básico e Secundário.

Sr. Dr. Almeida Fernandes afirmou que: "investir no futuro é investir na Educação" e "devemos jogar em conjunto", resumindo assim, de forma brilhante, o essencial. A Sr<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eugénia Cochofel disse que: "a formação inicial ambivalente deixa muito a desejar". Estou plenamente de acordo. O Sr. Dr. Pedro Portugal referiu que: "é preciso colaboração entre os organismos". Sim, é verdade. É verdade e é urgente. O Sr Dr. Mercier Marques sugeriu que: "devia haver uma intervenção na formação dos gestores e também nas instituições do ensino superior". A formação dos gestores deve abrir novas perspectivas relativamente ao Ambiente, e a componente em Educação Ambiental deverá ser integrada em toda a formação académica superior, pois é uma questão de todos e não só de alguns. Isto, por um lado, por outro lado, pensamos que, de acordo com os documentos preparatórios deste Colóquio (que se encontram nas pastas), a Educação Ambiental está patente em todas as disciplinas, quer do ensino básico, quer do ensino secundário. O Sr. Dr. António Queirós afirmou que: "o trabalho fica anónimo (...) é preciso partilhar". A sua intervenção coloca-me vários problemas e, alguns deles, tocam-me sobremaneira. O problema da intervenção descoordenada - é o papel do INamb, o papel do Instituto de Inovação Educacional, o do Centro de Formação de Professores ... Além disso, há todo o trabalho que ficou para trás, anónimo. Eu própria tive 11 turmas, 10 turmas, funcionando em 50 minutos, muitas vezes, com muito mais de 30 alunos. Fizeram-se muitos trabalhos, por carolice. Hoje, tudo isso se perdeu. A "corrida aos créditos" parece uma "corrida de obstáculos", salta-se, corre-se, ultrapassa-se ... Diria mais, é maquiavélica.

Depois, vem o Sr. Dr. José Augusto de Carvalho que diz o seguinte: "é importante reforçar os aspectos dos recursos a dar às

escolas que andam constantemente a apelar às autarquias", e eu lembro-me, de facto, de uma frase que ainda hoje me custa muito a deglutir. O ano passado, fui um dos elementos que colaboraram na organização de uma Conferência Internacional, à qual o Ministério da Educação se tinha candidatado e, um Senhor Presidente de uma Câmara, disse-me (sic) - "Ó minha senhora, vá pedir ao seu Secretário de Estado".

Como remate a esta intervenção, a frase do Sr. Dr. Olímpio Gomes: "tudo nesta terra é fruto de amorismo". Seguidamente, o Sr. Dr. José Carlos Abrantes disse-nos: "é preciso aproximar e, sobretudo, através das imagens, fomentar ou proporcionar uma tomada de consciência". Estou totalmente em desacordo. Se continuarmos a ministrar as coisas pelas imagens, jamais mudaremos atitudes, porque as pessoas não saberão fazer, mas apenas ver. Precisamos e, felizmente nalguns casos, já ultrapassar a fase da sensibilização. Pois, como disse o Sr. Dr. Rogério de Sousa: "a Educação Ambiental no nosso País são algumas palavras bonitas, poucos actos". O Sr. Dr. Vítor Nogueira tocou outro ponto fulcral, disse e muito bem: "é preciso formar professores, criar uma rede de informação às escolas". A intervenção do Sr. Prof. Lobato Faria não precisa de qualquer comentário: "o mais importante recurso, nestas questões, é o Homem". O Sr. Prof. Joanaz de Melo, além de nos ter dado alguns contributos importantes, em termos de perspectivas metodológicas, disse algo que não deve sequer ser equacionado: "(...) a Educação Ambiental não pode ser entendida como uma disciplina à parte". Finalmente, Nuno Oliveira, você merece palmas. Como disse, e muito bem, cada um deve trabalhar, como especialista, no seu terreno. De facto, "a Educação Ambiental é um edifício", mas eu penso também que os

edifícios se implantam em espaços mais vastos, se enquadram em áreas cujas plantas são arquitectadas. Penso que, no nosso País, falta a planta. Andamos todos na carolice.

Termino, deixando no ar as seguintes perguntas:

- Até quando seremos sempre os mesmos? Olhamos em volta e todos nos conhecemos. A colega da Escola de Elvas, a Eugénia da Escola de Benfíça, o colega da Quercus, a Isabel do INamb.

- Até quando continuaremos sem dinheiro? Até quando, precisaremos de continuar a pedir a apoio constante do INamb, porque a entidade responsável pela Educação se demitiu do seu papel de coordenadora destas actividades.

- Até quando continuaremos no amadorismo? Perigoso, porque falta a formação.

- Até quando encontraremos, nas escolas, os obstáculos colocados pelos nossos próprios colegas que, a toda o momento, dizem: "lá vem aquela louca ou aquele louco apanhar os alunos nas horas em que eu devo estar a ministrar-lhes o meu programa de Português que está atrasado, o programa de Matemática que ainda só vai a meio, o de História, que é tão importante e não vou conseguir acabá-lo ...". Até quando?

- Até quando teremos que ser nós, os professores, a pagar os materiais que fornecemos aos alunos e, também, os nossos próprios livros, se queremos ter algum progresso científico?

- Quando, pergunto eu, teremos uma política educativa que pense nas questões de Educação Ambiental, de forma concertada, mas, sobretudo, que a viabilize, o que até hoje, não tem acontecido. Tudo está muito bonito no papel, na prática, porém, continua tudo na mesma.

Não tenho nada mais a dizer.

### **Dr<sup>a</sup> Maria de Lurdes Neto \***

Não sou especialista nas questões do Ambiente e tive muita pena de não ter ouvido a Dr<sup>a</sup> Eugénia Cochofel, já que me ausentei uns momentos, pelo que peço desculpa.

Parecendo redundância, gostaria de agradecer ao Conselho Nacional de Educação a possibilidade que nos dá de, hoje aqui, discutirmos este tema e não o faço apenas por uma questão de dizer palavras, mas porque me parece que é importante que responsáveis das estruturas do Ministério da Educação, neste caso de uma Direcção Regional com responsabilidades no terreno, possam estar a ouvir aquilo que aqui está a ser dito.

Considero-me de facto, como diria o Dr. Almeida Fernandes, que sempre com tanto interesse ouvimos, algo analfabeta ambientalmente.

---

\* Directora Regional de Educação de Lisboa e Vale do Tejo.

De qualquer forma, gostava de, muito rapidamente, deixar aqui seis reflexões:

A primeira é a de que, efectivamente, os sistemas tendem, como dizia o Dr. Almeida Fernandes, a ser conservativos e nós todos que estamos aqui com idades diversificadas somos produtos de uma educação e, por outro lado, tentamos ser facho de alguma coisa e de alguma transformação. A Mafalda refere-se ao pensar com a nuca. Tento não fazer isso e tendo a pensar um pouco no futuro, daí que felicitava a Dr<sup>a</sup> Clárisse Mendes, exactamente pelo contributo que aqui nos deu e que, aliás, tivemos oportunidade de ler com antecedência. Gostava de pôr a tónica naquilo que ela disse e que me parece fundamental. Julgo que os diagnósticos existem e há muitos consensos sobre eles. Penso que uma abordagem sistémica e integradora é fundamental para que sejamos capazes de saber como é que se funciona e quais são as condições que temos para funcionar. Se, muito rapidamente, analisarmos a imagem do edifício que aqui tem sido posta - o edifício é uma questão de engenharia civil, mas costuma ter alicerces e costuma ter tecto. Em termos da Reforma do Sistema Educativo, para além dessa imagem, gostava de utilizar uma outra, pegando na linha do que dizia aqui a nossa colega Odete, da Escola Secundária Camões. Na Reforma do Sistema Educativo nem sempre aparecerá duma forma muito clara qual é o objectivo, na medida em que se trata, em meu entender, de um puzzle. E julgo que só poderá fazer sentido se nós não a virmos às fatias, mas se a encararmos de uma forma global. Está aqui uma professora de uma escola da experiência da Reforma, que é a Dr<sup>a</sup> Eugénia e gostaria que nos desse alguma achega sobre isso, como pessoa que viveu esta matéria. É que não podemos falar duma forma separada no Desenvolvimento Pessoal e Social, na Educação Cívica, no

currículo, na Área-Escola e no complemento curricular, mas sim de uma forma global, dadas as interligações.

Na segunda pincelada (e faço-o, precisamente, por uma questão de ser uma mulher que me assumo de terreno como Directora Regional, professora e presidente de Conselho Directivo), realçaria a grande importância daquela rentabilização dos esforços individuais que aqui foram referidos esta manhã e que é aquilo que eu considero ser uma pequena alavanca. Neste aspecto, começo a ver com algum receio o "chavão", começo a recear a expressão "Escola e Comunidade", a ter algum receio, porque todas as pessoas encham a boca com este chavão. Peço desculpa pela expressão que utilizo, mas efectivamente, de certa forma, podemos com isto estar a "passar a bola" ou a "batata quente" para cima de outrem que não nós, porque a responsabilidade está sempre naquele que está ao lado e também não está naquele com quem estamos a falar no momento. Muitas vezes diz-se: "bem prega Frei Tomás, faz o que ele diz e não vejas o que ele faz". Alguém aqui deu um exemplo de que nem sempre este ditado é verdadeiro e foi o Presidente da Câmara Municipal de Torres Vedras. Percebo-o muito bem como autarca, nas preocupações que aqui expôs, mas gostaria de dizer que, como ele, há outros exemplos de autarcas que têm como prioridade o investimento na Educação e que sabem ser, efectivamente, no momento certo, as pequenas alavancas para o desenvolvimento dos projectos educativos das escolas incluindo aqui os da área da Educação Ambiental. Penso que, muitas vezes, nós professores, temos uma certa tendência para um excessivo pessimismo e julgo que há algum excesso naquilo que dizemos. Gostaria de separar um pouco (e julgo que é muito enriquecedor encontrarmo-nos aqui pessoas de diferentes níveis de ensino a trabalhar em conjunto), o que são os recursos dos jardins



de infância e das escolas do 1º ciclo e os recursos dos outros níveis e, aqui, separo o subsistema básico e secundário do ensino superior. Julgo que, hoje (contrariando um pouco algum excessivo pessimismo que não costumo partilhar), não estará tão fundamentalmente nas escolas preparatórias e secundárias a dificuldade do "dinheiro para a cortina", porque me parece que, hoje em dia, há ótimos, excelentes exemplos de real possibilidade de hierarquia de prioridades. Conheço algumas decisões de escolas em que, se calhar, se tivesse feito parte dos Conselhos Pedagógicos, não teria optado por essa hierarquia de prioridades. Mas queria prestar a minha homenagem àqueles que têm, já há muito tempo (e digo isto lembrando-me até de um bom professor de Física que muitos de nós conhecemos e que, neste momento, já não faz parte do mundo dos vivos), posto ênfase na criatividade para rentabilizar recursos. Dizia ele um dia: "Não percebo para que é que estão a comprar este e aquele material. Em vez disso, pode utilizar-se uma embalagem de iogurte e uma tampa", já não sei de quê ...

Não me queria de facto alongar, mas a manhã foi muito rica e deu-me para tomar algumas notas.

Gostava então, como terceiro ponto, de felicitar o interveniente de Conimbriga, porque trouxe aqui alguma rajada de esperança naquilo que são os Centros de Formação de Associações de Escolas na sua dupla vertente de poderem trazer algo de positivo para a formação de professores. Faço votos para que a maneira como ele vê seja aquela que venha a vigorar no País e não a visão de que dos Centros de Formação de Associações de Escolas pode vir a subversão do que é o cerne da filosofia desses centros de formação: a corrida aos créditos e enquanto ligação daí aos Centros de Recursos. E, quando digo Centros de

Recursos, lembro-me daquilo que penso que devem ser os Centros de Recursos (os regionais, os que estão nas escolas, e os centros de apoio local), do que podem trazer em termos de recursos humanos e em termos de recursos documentais. Daí, que concorde muito com o Dr. José Carlos Abrantes quando nos traz aqui a importância dos media, não numa perspectiva de ver passivamente, mas numa perspectiva de fazer, porque se aprendeu vendo. Refiro-me à riqueza diversificada que considero que pode haver em registar tudo aquilo que existe nos mais variados meios de comunicação, nos videos, e à importância de estabelecimento de protocolos, se disso formos capazes, nos centros de recursos. Com ou sem RICOME, (um programa que aqui foi referido, que está mesmo no início e muitos de nós ainda não conhecem), mas com uma sistematização e uma catalogação que seja de acesso fácil.

Gostaria de despir o casaco de Directora Regional de Educação e assumir-me apenas como professora, dizendo que estou muito de acordo em que o essencial é o Homem, que é o professor. Àquilo a que se chama carolice, eu chamo paixão de alguém que assumiu e decidiu ter uma profissão. Acho, no entanto, que o professor a tempo inteiro e que não o é apenas de palavras (é de louvar os muitos que existem e alguns dos quais estão nesta sala), é o principal responsável por uma educação para os valores. Tal não é possível ser feito apenas dentro da sala de aula. Todos o sabemos. Penso que conhecemos a realidade do sistema básico e secundário. Como professora, julgo que não posso deixar que digam que os professores têm horário parcial, fundamentalmente estes que têm o horário a tempo inteiro e são professores a tempo inteiro. Refiro-me, claramente, à grande rentabilização feita por muitos docentes, (que já a fazem) da

componente não lectiva e à boa gestão que é feita, em muitas escolas (falo da minha região), dos créditos que são atribuídos a nível regional e em que tem sido privilegiada a Educação Ambiental.

Vestindo de novo o casaco institucional, considero que não se pode dizer apenas que se apoia, limitando isso às Sessões de Abertura e encerramento de Colóquios, à liturgia do fim e à liturgia do princípio. Não julgo cometer indiscrição ao referir um documento sobre o qual já demos parecer, que considero extraordinariamente positivo e que vem sendo anunciado pelo Sr. Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário e que estará, certamente, à nossa disposição em breve. Ninguém me mandatou para falar nisto, mas refiro-me ao diploma dos incentivos, que julgo corresponderá a muitas das preocupações dos professores que estão aqui e que são aqueles que vêm o projecto educativo da escola numa forma global, não separando o curriculum do "extra-curriculum", dos clubes e da Área-Escola. Penso que só com incentivos é que é possível fazer aquilo para que nós, normalmente, chamamos a atenção - a Educação para a Cidadania, incluindo aqui o Ambiente. Concordo muito em que tem que ser um projecto realmente integrado.

Gostaria, finalmente, de deixar três rápidos apontamentos:

1º - a Srª Drª Maria Eugénia Cochofel, que está na Mesa, é membro de uma Associação que tem dado bem o exemplo de que esta questão não é só dos cientistas e biólogos, que é de todos os professores, que é transdisciplinar e que é interdisciplinar. No encerramento recente do seu congresso, tive oportunidade de lembrar que a própria Associação é presidida por uma professora de Inglês e Alemão, como eu e, portanto, não especialista destas áreas mais afins;

2º - não gostava que hoje o dia terminasse sem que tomássemos plena consciência da grande vantagem de termos este espaço em que estão pessoas de diferentes níveis de ensino, porque eu considero que o ensino sebastista que o nosso colega da Universidade Nova referiu pertence um pouco ao passado. Digo isto não tanto como professora, mas como mãe, porque me parece e repito que, em questões de ambiente tenho aprendido, fundamentalmente, com a minha filha mais nova;

3º - penso que deveria ser posta uma tónica naquilo que é um jardim de infância. Há dias, no encerramento do Congresso da APPEI, falava-se da grande importância que tem o jardim de infância, nestes aspectos, desde o verdadeiro início da educação. Temos aqui na sala um grande exemplo de jardim de infância, que vem da península de Setúbal: a educadora a quem eu costumo chamar a "menina papa-lixo".

Penso que, desta forma, nós podemos avançar um pouco naquilo que o Sr. Dr. Almeida Fernandes nos dizia e que será o "gosto de estar vivo".

Muito obrigada.

**Dr. Alexandre Silva \***

A minha intervenção vai ser muito breve, não só porque aprendi em Educação Ambiental a necessidade de poupar energia, mas também porque as duas últimas intervenções, embora diferentes, referiram alguns dos aspectos para os quais gostaria de chamar a vossa atenção.

Queria apenas reforçar a ideia de que esta Reforma deve assentar no professor a tempo inteiro e que, para isso, é fundamental motivar os professores.

A Área-Escola, que pretende um desenvolvimento de projectos multidisciplinares, dificilmente supera os entraves constantes do esquema funcional da estrutura escolar - organização de horários, instalações, etc.

Enquanto a escola funcionar em regime de desdobramento, será muito difícil ou mesmo impossível, superar as dificuldades referidas.

Temo que as dificuldades (que, por vezes, funcionam como estímulo), sirvam de alibi fácil para os que não acreditam nas potencialidades da Reforma e, ainda pior, desmotivem os que, de há longos anos, vêm pugnando por um trabalho pedagógico mais rico e potenciador de abordagens multidisciplinares a temáticas da maior actualidade, como é o caso do Ambiente.

---

\* Professor da Escola Preparatória de Canelas.

## **Dr<sup>a</sup> Arlete Madeira Rosa \***

Apenas uma palavra para agradecer ao CNE ter inscrito, pelo menos nesta brochura amarela, um objectivo que é o de "promover a corresponsabilização da sociedade civil na Educação Ambiental".

Fala-se muito da responsabilidade dos professores agora com a nova Reforma (falava-se também na antiga Reforma, mas isso agora não interessa muito), de quanto os professores têm que fazer a Educação para os valores, e talvez diminuir a sua vertente cognitiva. Eu penso que a escola deve também manter a vertente cognitiva, para isso é que é escola. Não sei é se a escola pode fazer a Educação Ambiental se a sociedade não a fizer também. Nós encontramos os nossos alunos de 13 e 14 anos a perguntar - "mas vamos fazer um projecto tão engraçado, e depois aquela empresa faz isto assim e assim, eu vou para lá para a empresa quando tiver 24 ou 25 anos, terei de fazer como eles, se quiser ganhar dinheiro?" Não sei se não teremos, realmente, de partilhar algumas coisas e não pôr apenas em cima dos professores a responsabilidade da educação das gerações futuras. Ainda por cima, nós professores, vivemos nesta ambiguidade de termos de preservar o passado e educar para o futuro. Temos de educar, de fazer formação pessoal e social, de fornecer dados cognitivos. Há estudos concretos feitos sobre o enorme stress que têm os professores pelas elevadas

---

\* Presidente da Associação de Professores de Biologia e Geologia.

expectativas que a sociedade tem sobre o seu papel na educação dos jovens. Mas os jovens não são educados só pelos professores. É extremamente importante que a sociedade perceba que também ela é responsável pela educação dos jovens. Que não são só os professores os educadores dos jovens e os professores, agora sentem-se muito responsabilizados (pela Reforma ou sem a Reforma) pela educação dos jovens. Às vezes, os professores "vão-se abaixo"; sentem-se, por vezes, incapazes de educar os jovens numa multiplicidade de aspectos, que não apenas o Ambiental, mas que, no fundo, são todos ambientais. Muito obrigada ao CNE por promover a corresponsabilização da sociedade civil, chamando agora aqui civil, à não-escolar, porque é importante também que não sejam só os professores os responsáveis pela Educação Ambiental.

### **Dr<sup>a</sup> Clárisse Mendes**

Eu queria, em primeiro lugar, recuperar a imagem da construção do edifício, aqui progressivamente utilizada, porque penso que todos nós, que estamos nesta sala, temos consciência de estarmos a construir o mesmo edifício. Ou seja, sinto que há consenso, que os objectivos são os mesmos para as pessoas que aqui estão. E, por isso mesmo, também toda agente põe o dedo nas mesmas feridas.

Progressivamente há duas palavras que aqui foram repetidas: "recurso" e "incentivo". Porque, no fundo, no Sistema Educativo e nos seus sub-sistemas, os recursos agem também como incentivos.

Portanto, apoio a intervenção do Dr. Vítor Nogueira, porque me parece absolutamente indispensável que a informação existente seja disponibilizada. Muitas vezes, como aqui se disse, o incentivo de que as pessoas precisam, nas escolas, é apenas o de não terem de andar a bater a repetidas portas e de facilmente terem acesso à informação. Recupero, também, a informação feita pelo Dr. José Carlos Abrantes, aos media, porque me suscitou uma outra questão: a da indispensável articulação entre educação formal e não formal, onde há muito a fazer. Que interessante que seria, por exemplo, se a nossa televisão pública tivesse obrigatoriamente de disponibilizar parte do seu tempo para programas de Educação Ambiental ...

Quero ainda, de entre as intervenções da assistência, apoiar as que se referiram à necessidade de colaboração entre instituições e lembro, por exemplo, que a nível do Ministério da Educação teria sido interessante ter neste Colóquio, além da presença do Senhor Secretário de Estado dos Ensinos Básico e Secundário, a do Senhor Secretário de Estado dos Recursos Educativos.

De facto, quando pensamos nos Ensinos Básico e Secundário, continuamos, muitas vezes, a pensar no currículo em sentido restrito, apenas como elenco de disciplinas que compõem o plano de estudos e não como um processo de execução em várias instâncias. Ora, nesse processo de execução, é indispensável a colaboração entre instituições. Falou-se aqui de quanto tem sido frutuoso o apoio que o INamb tem vindo a proporcionar às escolas. A verdade é que a colaboração tem também de ser equacionada dentro de cada instituição e dentro do mesmo Ministério.



E, agora, só um último aspecto. Queria pegar na questão que a Dr<sup>a</sup> Eugénia Cochofel mencionou e, a este propósito, falo não já em nome da instituição que represento, mas como professora, com muitos anos de ensino e como coordenadora dos programas de História da Reforma Educativa. Não sei se é uma disciplina de Desenvolvimento Pessoal e Social, com uma hora semanal, do 1<sup>o</sup> ao 12<sup>o</sup> ano, que nos faz falta (e peço desculpa ao Conselho Nacional de Educação, porque, com certeza, tem todo este assunto, desde há muito tempo, resolvido). A minha visão é a de que a formação pessoal e social deve estar presente em todo o currículo, em todas as suas instâncias. Acredito nas virtualidades das linguagens disciplinares, afirmei isso na minha intervenção inicial, sempre que essas linguagens promovam uma conceptualização específica que não seja susceptível de passar através de outras linguagens e penso que relativamente à questão da formação pessoal e social não é esse o caso. Trata-se da formação da personalidade, na sua perspectiva mais ampla, trata-se da interiorização de valores, do desenvolvimento de atitudes e isso concretiza-se globalmente.

Parece-me, além do mais, e tal como referi no final da minha intervenção de há pouco, que é fundamental observar-se como funciona este currículo. Verificar se, na sua globalidade, proporciona uma formação que contemple o desenvolvimento pessoal e social, e tomar decisões só após uma avaliação rigorosa.

